



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2023

Regime Próprio de Previdência Social de Santo
Cristo – RS

SETEMBRO DE 2023

OBJETIVOS

A presente política de investimentos, estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos do regime de previdência própria de Santo Cristo, e está de acordo com a resolução CMN nº 4963/2021, bem como a portaria MPS nº 519/2011, sempre considerando os fatores de risco, segurança, solvência, liquidez e transparência.

A política de investimentos traz em seu contexto os limites de alocação em diversos ativos que estão em consonância com a legislação vigente. A vigência desta política compreende o período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. Fica aberta a hipótese de alteração desta política caso seja conveniente.

Na presente política de investimentos 2023 é possível identificar que:

- As alocações em produtos e ativos buscarão obter resultados compatíveis a meta atuarial e risco adequado ao perfil do RPPS.
- O processo de investimento e desinvestimento será decidido pelo Gestor de recursos e pelo comitê de investimentos. Na falta de tempo suficiente para convocar reunião e registrar em ata, a situação será comunicada através do grupo de watsap, para tomada de decisão conjunta.
- O RPPS seguirá os princípios de ética e da transparência na gestão dos investimentos tomando como referência principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta política, e nas leis citadas anteriormente.

JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA DE INDEXADOR

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo é hoje o indicador oficial de inflação usado pelo governo brasileiro. O índice mostra quanto os preços de produtos e serviços aumentaram ou diminuíram de um mês para outro. O IPCA é uma medida da variação dos preços de uma cesta de consumo de uma família brasileira com renda entre 1 e 40 salários mínimos. Isso faz com que o índice cubra grande parte dos brasileiros — desde os mais pobres até os de renda maior. O órgão responsável por calcular o IPCA é o IBGE. A medição é feita mensalmente e leva em conta apenas os preços ao consumidor. Sendo assim é um índice confiável para medir quanto o dinheiro precisa rentabilizar (no mínimo) para não perder (poder de compra) ou seja, seu valor real.

ADERÊNCIA DAS METAS DE RENTABILIDADE AO PERFIL DA CARTEIRA DO RPPS E DAS OBRIGAÇÕES DO PLANO

Em linha com a necessidade atuarial, com base no resultado do último cálculo e na portaria MTP N° 1837 de 30 de julho de 2022 o fundo de previdência de Santo Cristo RS estabelece como meta, que a rentabilidade anual da carteira de investimentos do regime previdenciário alcance desempenho equivalente a 4,90 acrescido do IPCA divulgado pelo IBGE.

AVALIAÇÃO DO CENÁRIO MACROECONOMICO E FINANCEIRO PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS:

Em um ano de eleições, as expectativas para a economia brasileira na virada de 2022 para 2023 indicam sufoco para quem assumir o comando do país.

A combinação prevista é de baixo crescimento, inflação ainda corroendo o poder de compra da população e uma ausência de sinais de melhora no nível de emprego formal e na renda das famílias.

Tudo isso em um país que viu subir o número de pessoas que passa fome, chegando a 33 milhões de brasileiros (15,5% da população). E onde mais da metade da população vive com algum grau de insegurança alimentar — ou seja, enfrenta dificuldade para comer, segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar.

Antes de detalhar esses indicadores, é preciso lembrar que essas projeções vêm sendo reavaliadas diante de cada novo acontecimento relevante no mundo (como os efeitos da Guerra na Ucrânia e o medo de uma recessão global) e no Brasil (como a incerteza diante da eleição e os efeitos de medidas propostas às vésperas dela).

1. CRESCIMENTO ECONÔMICO:

As perspectivas para o crescimento da economia brasileira apontam que pode vir um "pibinho" ao fim de 2022 — as diferentes projeções giram em torno de 1% para o ano. O PIB (Produto Interno Bruto) é a soma de bens e serviços produzidos por um país.

No boletim Focus (levantamento semanal de expectativas do mercado colhidas pelo Banco Central) a projeção de PIB para este ano está em 1,59%.

A OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) revisou em junho sua expectativa para 0,6% de crescimento do Brasil neste ano; o Banco Central prevê 1,7%, e a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado estima cerca de 1,4%.

A inflação afetou o poder de compra dos brasileiros e aponta que a eleição presidencial de 2022 adiciona incerteza, afetando o investimento. E a recuperação do mercado de trabalho tem sido lenta. Para 2023, se prevê um crescimento de 1,2% para o Brasil, pouco menos da metade da projeção para o avanço no mundo (2,8%). Antes, se previa que o Brasil poderia crescer 2,1% no próximo ano.

Quando há recessão global, investidores tendem a buscar maior segurança, o que significa tirar dinheiro de países como o Brasil.

Esse temor de recessão está ligado principalmente à expectativa de que países como os Estados Unidos subam mais os juros, fortalecendo o dólar em relação a outras moedas.

"E aí tem efeito sobre a inflação: tudo aquilo que é comprado em dólar se torna mais caro. E o poder de compra acaba corroendo mais ainda, o que é ruim para o consumo e para a atividade econômica", explica Terra.

2. INFLAÇÃO:

Órgão responsável por manter a inflação sob controle, o Banco Central (BC) já reconheceu que a meta estabelecida para 2022 não será cumprida. A projeção da instituição é que o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, índice oficial para medir inflação no Brasil) fique em 8,8%

neste ano, bem acima da meta de inflação, fixada em 3,5% para este ano (com margem para oscilar entre 2% e 5%).

As expectativas dos economistas do mercado financeiro estão hoje em 7,67%, segundo o boletim Focus.

Com a pandemia e a guerra na Ucrânia, a inflação é um problema que vem afetando países no mundo todo — inclusive alguns que lembravam muito pouco como era ter que lidar com um aumento tão acelerado do custo de vida, como o Reino Unido.

No entanto, o Brasil está agora entre os poucos países com inflação de dois dígitos, como mostra levantamento da OCDE. Entre os integrantes do G20, inflação brasileira só não é maior que Tuquia, Argentina e Rússia.

Com a inflação nas alturas, o Banco Central sobe a taxa de juros para tentar contê-la, mas isso também impacta negativamente na atividade econômica, pois se trata de um desestímulo para o investimento produtivo, como explica Terra.

"O Banco Central corretamente subiu a taxa de juros a partir de 2021 porque a inflação estava já incômoda e demonstrando que não cederia fácil. Talvez ele tenha subido demais. O Brasil tem hoje a maior taxa real de juros do mundo. Isso é muito desestimulante ao investimento", opina o professor. "O Brasil tem hoje uma renda real de trabalho que é 7,5% menor do que em 2021. Portanto, as pessoas conseguem consumir menos e o Brasil talvez esteja entrando agora no período mais complicado, em geral, das dificuldades políticas do país, que é o período eleitoral."

As previsões para 2023 são de uma inflação menor que em 2022, mas ainda em níveis elevados. O Banco Central, por exemplo, prevê um IPCA em torno de 4%.

Terra aposta em um índice mais alto, perto de 5 ou 6%. E a economista Vilma Pinto lembra que medidas tomadas recentemente pelo governo para tentar aliviar preços estão afetando essas previsões - reduzindo um pouco a projeção para este ano, mas aumentando para o próximo.

A meses da eleição e com a alta dos preços de combustíveis, o governo vem promovendo medidas para tentar reduzir o preço desses produtos — como a lei que zerou até o fim deste ano os tributos federais sobre diesel e gás de cozinha.

Também houve a imposição de um teto de 17% no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis. E, em um decreto editado antes da eleição e que vale até o final de 2022, o presidente Jair Bolsonaro (PL) determina que postos exibam os preços dos combustíveis antes e depois dessa lei.

É provável que a gente tenha um número pior do que esses 4,2% que a gente está projetando hoje, lembrando que esse número já é pior do que o que a gente projetava em maio por conta desse efeito de corte de impostos para 2022 e reversão disso para 2023."

3. DESEMPREGO

Economistas dizem que não há sinais de que haverá melhora significativa no mercado de trabalho formal

O mais recente indicador do nível de desemprego mostrou uma recuperação. A taxa de desemprego caiu para 9,8% no trimestre encerrado

em maio, a menor desde o trimestre encerrado em janeiro de 2016, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Apesar disso, 10,6 milhões de brasileiros seguem sem trabalho.

Especialistas destacam que uma análise mais detalhada desses números mostra que a alta foi puxada por trabalhos sem carteira assinada, como aponta Terra.

Vilma Pinto, da IFI, chama atenção para o fato de que o rendimento real (descontando o efeito da inflação) está menor.

"Se por um lado a gente vê, em termos de quantidade, uma melhora, uma redução em um número de pessoas desempregadas, por outro lado, essa questão da inflação está de fato piorando a situação econômica como um todo. E quando a gente olha em termos de salários, o salário real está sendo altamente afetado", diz a economista.

Os dados do IBGE apontam que o rendimento médio real do trabalhador (R\$ 2.613) ainda é 7,2% menor na comparação do trimestre encerrado em maio de 2022 com o igual período de 2021.

Vilma prevê que, em 2023, a população ocupada fique estagnada (ou seja, em níveis parecidos com os de 2022). "Nas situações de curtíssimo prazo, a gente enxerga uma melhora, mas a perspectiva de médio prazo não é tão animadora", diz.

3. CONTAS PÚBLICAS

A inflação — a mesma que corrói o poder de compra dos brasileiros — tem um efeito "positivo" para os cofres públicos: aumenta a arrecadação do governo. Isso acontece devido ao aumento dos preços dos produtos — com as empresas lucrando mais, a base de arrecadação também sobe.

"O aumento de preços de commodities está fazendo com que as finanças públicas se comportem bem melhor do que o esperado. E isso implica que tem sido bom o fluxo de caixa", avalia Terra.

O resultado mais recente da arrecadação de tributos federais, por exemplo, aponta que essa receita foi a mais alta em 28 anos — atingiu R\$ 165,3 bilhões em maio, recorde para o mês desde 1995, quando começou a série histórica da Receita Federal.

No entanto, o aumento de arrecadação costuma ser comemorado quando ele reflete uma atividade econômica mais aquecida. E outro problema sobre o cenário atual, dizem os economistas, é que essa melhora é pontual.

Vilma Pinto, que é especialista em finanças públicas, defende que o governo não pode contar com esse aumento de arrecadação no médio prazo.

"Esse aumento de receita tende a ser temporário, na medida em que esse choque (de commodities) passa", argumenta. "A gente precisa ter um pouco mais de cautela na hora de adotar medidas que gerem impactos permanentes."

E alerta: "As medidas fiscais que estão sendo adotadas do ano passado para cá, principalmente, vão no sentido não só de piorar a trajetória fiscal futura em termos de aumento de gastos e redução de receita, mas também no sentido de diminuir a confiança das pessoas no compromisso com a responsabilidade fiscal".

"Isso gera melhora fiscal aparente de curtíssimo prazo, dá impressão de que teto está sendo cumprido, mas isso é piora fiscal lá na frente", conclui a economista.

- O texto foi publicado em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62062570>

AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS INTERNOS: SITUAÇÃO ATUAL DO RPPS, ALTERAÇÕES LEGAIS REGIMENTAIS E DE GESTÃO.

O RPPS de Santo Cristo foi criado através da lei nº 1378 de 01/09/1990, após a criação foi reestruturado e alterado pelas seguintes leis: Lei nº 2910 de 22 de dezembro de 2005, Lei nº 3450 de 01 de março de 2012, Lei nº 3494 de 20 de novembro de 2012, Lei nº 3664 de 08 de outubro de 2014, Lei nº 3784/ de fevereiro de 2016. Portarias de Nomeações de membros: Portaria 413/2013 de 21 de outubro de 2013 designa gestora do RPPS. Portaria nº 459/2016 de 28 de dezembro de 2016 nomeia membros do conselho municipal de previdência. Portaria nº 206/2017 de 03 de abril de 2017 nomeia membros do conselho municipal de previdência. Portaria 163 de 03 de abril de 2020 nomeia membros dos conselhos municipal de previdência. Portaria 164 de 03 de abril de 2020 nomeia mebrros do comitê de investimentos dos recursos previdenciários.

O RPPS possui como representante legal o Prefeito empossado em 01/01/2017, Adair Philippsen. Os membros do comitê de investimento, do conselho deliberativo e conselho fiscal permanecem os nomeados pelas portarias 163 e 164, que são:

CONSELHO DELIBERATIVO: Jorge Mariano Meinertz, Vilson João Weber, Adair Mieth, Graciele Leidi Poersch, Cristiane weyh Malikoski da Silva, Marisa Krantkoski e Katia Cilene Leal Martins.

Suplentes: Neidi Heck, Leonice Berwanger, Maristela Berres, Roseli Kraemer, Marcos Miguel Steffens, Tânia Elisa Allebrandt.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS: Cristiane Weyh da Silva, Vilson João Weber e Katia Cilene Leal Martins.

CONSELHO FISCAL: Marcia Helena Kulzer, Leila Marlise Bamberg e Maria Marlene Maders Becker.

LIMITE DE ALÇADAS PARA APROVAÇÃO DE OPERAÇÕES:

O Comitê de Investimentos no âmbito do RPPS, tem a finalidade de participar no processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos, resgates e aplicações dos recursos financeiros resultantes de repasses de contribuições previdenciárias dos órgãos patrocinadores, de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como de outras receitas do RPPS. Compete ao Comitê de Investimentos, orientar a aplicação dos recursos financeiros e a operacionalização da Política de Investimentos do RPPS. Ainda dentro de suas atribuições, é de sua competência: I - garantir o cumprimento da legislação e da política de investimentos; II - avaliar a

conveniência e adequação dos investimentos; III - monitorar o grau de risco dos investimentos; IV - observar que as rentabilidades dos recursos estejam de acordo com o nível de risco assumido pela entidade; V - garantir a gestão ética e transparente dos recursos. Sua atuação será pautada na avaliação das alternativas de investimentos com base nas expectativas quanto ao comportamento das variáveis econômicas e ficará limitada às determinações especificados na Política de Investimentos.

Com relação ao limite de alçada para aprovação de operações, ficou definido que as operações envolvendo pequenos valores, como aplicações de entradas de compensação financeira, não necessitará de aprovação do conselho e comitê, da mesma forma os resgates para pagamento de despesas mensais como o ipê, consignandos, e outras, consideradas de caráter rotineiro, não necessitarão de reunião e decisões aprovadas pelo conselho e comitê, sendo já autorizadas para automaticamente ser realizadas pela gestora.

Já os resgates para despesas referente folha de pagamento, e aplicações referente novos recursos de contribuições, sempre que possível serão avaliadas em reunião pelo comitê.

Os estudos de realocação de carteira sempre serão analisados em conjunto pela gestora e comitê de investimentos registrando em ata as decisões.

Toda e qualquer movimentação financeira (resgates e aplicações) serão registradas em APRs, e arquivadas, estando sempre disponíveis para análise de qualquer interessado.

O conselho deliberativo, e conselho fiscal, são os órgãos competentes para avaliar toda e qualquer ação realizada pela gestora e comitê de investimentos.

AVALIAÇÃO DO ATUAL PERFIL DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO RPPS E IMPACTOS DAS ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.

Na aplicação dos recursos, os responsáveis pela gestão do RPPS devem observar os limites estabelecidos por esta Política de Investimentos e pela Resolução CMN nº 4963/2021. Limites estabelecidos mediante estudo do cenário macroeconômico atual e de perspectivas futuras, com as hipóteses razoáveis de realização no curto e médio prazo. A estratégia de alocação para os próximos cinco anos, leva em consideração não somente o cenário macroeconômico como também as especificidades da estratégia definida pelo resultado da análise do fluxo de caixa atuarial e as projeções futuras de déficit e/ou superávit. Obedecendo-se os limites permitidos pela Resolução CMN nº 4963/2021.

Para o exercício de 2023 propõe-se focar na renda fixa, principalmente nos fundos de vértices que traz uma maior garantia no alcance da meta

atuarial, porém não se descarta a possibilidade de migração parcial para demais segmentos, conforme o desenho do mercado, afinal em ano de eleição fica mais complexo antecipar cenários e previsões.

OBJETIVOS DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS ESTABELECIDOS PARA O EXERCÍCIO, CONSIDERANDO OS CENÁRIOS EXTERNO E INTERNO E O PERFIL ATUAL DA CARTEIRA:

Atingir a Meta Atuarial através da carteira de investimentos, buscando a diversificação ideal com visão no longo prazo; limites de posição dentro da diversificação permitida pela Resolução CMN nº 4963/2021 e dos limites internos estipulados pelo cálculo atuarial. Aplicações em fundos de títulos mais curtos para diminuir o risco da carteira durante o tempo necessário, (volatilidade de mercado) mesmo às custas do não atingimento da meta atuarial com este tipo de ativo, visando sempre a preservação do patrimônio em cenário de incertezas e riscos. Manter a estratégia de alocação em fundos de vértice para aproveitar e fixar rentabilidade neste período de alta da SELIC.

MODELO DE GESTÃO A SER ADOTADO, CONSIDERANDO, SE FOR O CASO, CRITÉRIOS PARA CONTRATAÇÃO DE ADMINISTRADOR PROFISSIONAL DE CARTEIRA E DE AVALIAÇÃO PARA ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DOS GESTORES:

Para a vigência do exercício, a gestão das aplicações dos recursos será própria. A adoção deste modelo de gestão significa que o total dos recursos ficará sob a responsabilidade do RPPS, com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Previdência Social, conforme exigência da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e contará com Comitê de Investimentos como órgão participativo do processo decisório, com o objetivo de gerenciar as aplicações de recursos, escolhendo os ativos, delimitando os níveis de riscos, estabelecendo os prazos para as aplicações, sendo obrigatório o Credenciamento de administradores e gestores de fundos de investimentos junto ao RPPS.

METODOLOGIAS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS:

Qualquer aplicação financeira estará sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, entre eles: Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de liquidez, sendo que o mais impactante é o risco sistemático o qual não é possível mitigar nem mesmo com uma boa diversificação, por isso neste ano de incerteza política que teremos pela frente buscamos a proteção patrimonial aplicando em fundos de vértices, e papéis de curto prazo.

ESTRUTURAS E LIMITES

A resolução nº 4963/2021 do conselho monetário nacional estabelece que os recursos sejam alocados, exclusivamente nos segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos no exterior, investimentos estruturados e imóveis. Neste sentido cumprindo com o disposto pelo conselho monetário nacional as aplicações do RPPS serão alocadas nos devido segmentos obedecendo aos seguintes limites:

A. RENDA FIXA ART 7º	DISPOSIT. LEGAL	100 %	MIN	ALVO	MÁX
TITULO EMISSÃO TESOURO NACIOCIONAL REGISTRADIO NO SELIC	ART 7º INCISO I, ALINEA “a”	100	1		50
FI R. ABERTO 100% T. TESOURO NACIONAL	ART 7º INCISO I, ALINEA “b”	100	10	81,01	100
FUNDO DE INDICE (ETF) 100%T. TESOURO NACIONAL	ART 7º INCISO I, ALINEA “c”	100	10		100
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS T. TESOURO NACIONAL	ART 7º INCISO II	5	1		3
FI RENDA FIXA	ART 7º INCISO III, ALINEA “a”	60	5	17,88	60
FUNDO DE INDICE (ETF) RENDA FIXA	ART 7º INCISO III, ALINEA “b”	60	5		30
ATIVO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	ART 7º INCISO IV	20	5		10
FI EM DIREITO CREDITORIO (FIDC COTA SENIOR	ART 7º INCISO V, ALINEA “a”	5	1		2
FI DE RENDA FIXA ABERTO COM SUFIXO “CREDITO PRIVADO	ART 7º INCISO V, ALINEA “B”	5	1		2
FI EM DIREITOS CREDITORIOS INFRAESTRUTURA FIDC	ART 7º INCISO V, ALINEA “C”	5	1		3
B. RENDA VARIAVEL ART 8º		30%			
FI AÇÕES ABERTO	ART 8º INCISO I	30	5		20
FI DE INDICES ETF	ART 8º INCISO II	30	5		20
C INVESTIMENTOS NO EXTERIOR ARTº 9º		10%			
FI E FIC RENDA FIXA DIVIDA EXTERNA	ART 9º INCISO I	10	1		5
FI E FIC RENDA FIXA COM SUFIXO INVESTI EXTERIOR	ART Pº INCISO II	10	1		5
FI AÇÕES BDR NIVEL I	ART 9º INCISO III	10	1		5
D INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS ART 10		15%			
FI E FIC MULTIMERCADO	ART 10º INCISO I	10	5		10
FI E FIC PARTICIPAÇÕES MULTIMERCADO	ART 10º INCISO II	5	1		5
FI AÇÕES MERCADO DE ACESSO	ART 10º INCISO III	5	1		5
E FUNDO MOBILIARIO ART 11		5%			
FII NEGOCIADO EM BOLSA	ART 11	5	1	1,11	5
F. EMPRESTIMO CONSIGNADO ART 12		5%			
OPERAÇÃO DE EMPRESTIMO CONSIGNADO	ART 12	5			

DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente política de investimentos foi elaborada e planejada para orientar as aplicações de investimentos para o exercício de 2023, consideradas as projeções macro e microeconômicas no intervalo de 12 meses. As revisões extraordinárias, quando houver necessidades de ajustes perante o comportamento/ conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação, deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas. A política de investimentos do RPPS de Santo Cristo foi aprovada através da ata _____ da reunião ordinária na data de _____. Disciplinada pela resolução nº 4963/2021 do conselho Monetário Nacional e seu prazo de vigência compreende o período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

DE SETEMBRO DE 2023

COLEGIADO DELIBERATIVO DO RPPS DE SANTO CRISTO-RS

[illegible]